

PROBLEMATIZANDO A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DE PORTUGAL (VI-II MILÉNIOS A. C.)*

por

Susana Oliveira Jorge**

I. DE MEADOS DO VIº A MEADOS DO Vº MILÉNIO A. C.: OS ÚLTIMOS CAÇADORES-RECOLECTORES EM MUDANÇA

Entre o VIº e o Vº milénio A. C. surgem, em quase todo o território português, estações arqueológicas nas quais ocorrem algumas inovações relacionadas com o sistema produtor: domesticação de animais e plantas, cerâmica e pedra polida. Embora tais estações predominem no litoral, entre o Baixo Mondego e Algarve, elas não se confinam à costa atlântica, surgindo também mais para o interior, nas províncias do Alto Alentejo, Beira Alta e Trás-os-Montes e Alto Douro.

A ausência de estações do Neolítico antigo, a norte do Baixo Mondego, no litoral atlântico, dever-se-á quer a uma investigação deficiente, quer a processos de sedimentação holocénica que invisibilizaram os testemunhos desta época, neste troço da costa portuguesa.

Se atendermos à correlação entre datas de C14 e presença/ausência de vasos cerâmicos com decoração cardial, chegamos à seguinte conclusão: de momento, as estações datadas mais antigas integram cerâmicas onde a impressão cardial é minoritária, localizando-se todas elas no litoral sul de Portugal, no Alentejo e Algarve (Soares, 1997: pp. 587-608).

Mesmo que no futuro venham a ser identificadas na Estremadura (ou em qualquer outra região), estações tão antigas quanto as da costa do sul de Portugal, associadas a contextos onde a cerâmica cardial predomine, tal não contraria a formulação duma hipótese que, aliás, não é inédita: a coexistência, no litoral

* Este texto é um resumo do livro recentemente publicado pela autora, citado na bibliografia final (Jorge, S. O., 1999).

** Faculdade de Letras da U.P., Portugal. E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

atlântico de diferentes estilísticas cerâmicas, onde, numa primeira fase, a decoração cardial pode ou não ser maioritária. Numa segunda fase, esta técnica pode mesmo não estar presente, coexistindo diversos padrões decorativos que não recorrem à matriz do “*cardium edule*”. Esta hipótese de coexistência estilística sugere a necessidade duma reavaliação do “paradigma cardial” no litoral atlântico, no quadro da neolitização peninsular.

Se quisermos mencionar factores de continuidade/descontinuidade entre grupos “mesolíticos” e grupos que foram receptivos às inovações referidas, e ainda possíveis formas de contacto entre ambos, teremos de restringir a nossa análise às regiões onde é possível detectar a passagem de uns a outros.

No que respeita a Estremadura e o Vale do Tejo, é, de momento, difícil avaliar a evolução entre grupos mesolíticos e do Neolítico antigo. De facto, os grupos mesolíticos dos concheiros do Tejo só foram tardiamente neolitizados. Por outro lado, no maciço calcário estremenho a presença mesolítica em gruta é, aparentemente, ténue, podendo tal resultar tanto de mudanças nas estratégias de povoamento, como de alterações na taxa de crescimento demográfico à escala micro-regional. De qualquer forma, é possível que tal “vazio mesolítico” venha a ser superado no decurso de futuras investigações.

A partir da 2ª metade do Vº milénio A. C., tanto o litoral estremenho, como o maciço calcário, como, a sul, a Serra de Sintra apresentam diversas ocupações ditas “neolíticas”, quer em gruta, quer em estações ao ar livre. Como já afirmámos, os concheiros do Tejo também são permeáveis a algumas novidades. Em geral, tais novidades são de duas ordens: tecnológicas (cerâmica, pedra polida, elementos de foice com “lustre de cereal”), e económicas (ovicaprídeos). A variação a nível de artefactos e ecofactos, em relação com uma marcada variabilidade do padrão residencial, aponta para uma grande flexibilidade dos modelos de exploração do território. Tal exploração verifica-se preferencialmente em ecótonos (cruzamentos de diversos biótopos), quer no litoral, quer no maciço calcário estremenho, e visa a obtenção de uma extensa gama de recursos terrestres e aquáticos. Na foz do Mondego, o ponto mais setentrional do litoral português onde foram identificadas estações do Neolítico antigo, são conhecidas estações que indicam uma exploração extensiva do território, onde a caça, a recollecção, a pesca e o pastoreio seriam o núcleo da subsistência.

Perguntemo-nos, no entanto, se se praticaria já a agricultura. E, em caso afirmativo, que tipo de agricultura. Questão extensível a todas as estações desta época onde estão presentes todas ou apenas algumas das “inovações neolíticas” enunciadas.

Uma ideia emerge quando se observa a passagem do VIIº ao VIº milénio A. C. na região da Estremadura/Vale do Tejo: a heterogeneidade biofísica poderá correlacionar-se com múltiplos processos de “neolitização” (Oosterbeek, 1994).

No espaço abrangido pelo estuário do Sado e pelo litoral alentejano e algarvio verificam-se, durante o Mesolítico (VIII^o milénio A. C.), economias complexas de caça-recolocção que, afastando-se do modo de vida predador clássico, se especializam no armazenamento de recursos aquáticos. Estas economias assentam quer na exploração de largo espectro de amplos territórios, quer na exploração de curto espectro, tentando obter e/ou acumular recursos aquáticos ou terrestres em determinados períodos do ano. A “novidade” destas economias mesolíticas reside, segundo J. Soares (1997), no incremento da sedentarização, da intensificação económica e no crescimento demográfico, que terão conduzido, nos inícios do VI^o milénio A. C., no litoral, a um “desequilíbrio-ecológico”. Para J. Soares, os grupos mesolíticos do litoral do sul de Portugal encontram-se inseridos num modo de vida “proto-produtor” que, em breve, será permeável a algumas “inovações neolíticas”.

De facto, em meados do VI^o milénio A. C., surgem na costa alentejana e algarvia ocupações em povoados de base, de grande dimensão (por ex., Vale Pincel I) ou em acampamentos temporários (por ex., Medo Tojeiro) que integram novidades tecnológicas no seio do instrumental de tipo mesolítico local. Os concheiros do Sado também recebem algumas inovações. O pastoreio encontra-se representado apenas por ovicaprídeos nos sítios algarvios de Cabranosa e Padrão I. A agricultura, segundo J. Soares, só pode ser deduzida a partir de provas indirectas: pedra polida, moinhos manuais, lamelas com “lustre de cereal”.

Relativamente a esta região emergem algumas ideias básicas:

– existe uma clara continuidade entre grupos mesolíticos do VII^o milénio A. C. e os chamados grupos “neolíticos” do VI^o milénio A. C. Essa continuidade inclui uma similar estratégia logística que tem a ver com uma exploração extensiva dos territórios. Esta exploração usa, durante o VI^o milénio A. C., a obtenção adicional de recursos resultantes duma agricultura e dum pastoreio incipientes; – as práticas de pastoreio e de agricultura inserem-se numa lógica de intensificação económica que tem origem no VII^o milénio A. C.

A continuidade entre “mesolíticos” e “neolíticos” continua a verificar-se ao nível dos caracteres físicos de ambos os grupos humanos (Arnaud, 1990: 437-446).

Quanto aos rituais funerários existem, certamente, especificidades entre os enterramentos mesolíticos e os neolíticos, mas, no geral, em ambos os casos, estamos perante sepulturas simples, de inumação individual, sem dispositivos arquitectónicos complexos.

Finalmente, nas várias regiões mencionadas, parecem coexistir caçadores-recolectores clássicos, caçadores-recolectores que manipulam artefactos “neolíticos” (cerâmica e pedra polida) e caçadores-recolectores-pastores que fabricam ou manuseiam artefactos “neolíticos” e incrementam um modo de vida mais sedentário.

A análise de algumas estações “neolíticas” do interior do território português sugere-nos também alguns comentários:

– Recentemente alguns autores têm vindo a atribuir uma cronologia do Neolítico antigo-médio a alguns menires e cromeleques do sul de Portugal (Alto Alentejo e Algarve Oriental) (Gomes, 1997: 147-190). Estes menires e cromeleques seriam “monumentos” que marcariam simbolicamente um espaço virgem que os primeiros pastores-agricultores pretendiam ocupar.

Relativamente a este assunto, surgem alguns óbices: nem se possui uma cronologia absoluta inequívoca para estes “monumentos”, nem, sobretudo, eles parecem estar de acordo com um modo de vida baseado na exploração extensiva dos territórios (com uma grande mobilidade residencial). Tal modo de vida não condiz com os princípios sociais e simbólicos que presidem à primeira marcação monumental da paisagem.

É ainda no interior do território português que se conhecem santuários de arte rupestre com motivos pintados e/ou gravados (antropomorfos e zoomorfos “esquemáticos”). Ocorrem estes santuários em rochas ao ar livre, nos vales dos rios Tejo e Douro e alguns dos seus afluentes. Podem ainda surgir em abrigos sob-rocha.

Todos estes sítios deixam antever paisagens ainda fortemente marcadas pela simbologia de caçadores-recolectores-pastores itinerantes. Neste sentido, estes espaços – lugares naturais monumentalizados – expressam de forma exemplar um modelo tradicional de concepção de espaço-tempo, anterior ao que foi mais tarde introduzido pelo modo de vida agro-pastoril consolidado.

Por último, é útil referir a presença de trigo no nível mais antigo dum abrigo do interior de Portugal: Buraco da Pala IV (Sanches, 1997). Trata-se do único contexto datado do chamado Neolítico antigo (finais do VIº/inícios do Vº milénio A. C.) que oferece uma prova directa da prática da agricultura. Todos os restantes contextos (povoados ou enterramentos) fornecem-nos, na melhor das hipóteses, apenas provas indirectas.

Esta presença isolada no Buraco da Pala IV permite-nos colocar uma questão de fundo: onde estão os indicadores de práticas de subsistência baseadas no pastoreio e na agricultura cerealífera durante o Neolítico antigo em Portugal? Quais são as provas dum “modo de vida neolítico” durante o VIº/1ª metade do Vº milénio A. C. em território português?

Discussão

A principal questão que se coloca relativamente ao aparecimento das chamadas “inovações neolíticas” conduz-nos a um conjunto de perguntas prévias: tais

“inovações” serão índice de descontinuidade cultural? Se aceitarmos essa descontinuidade, ela poderá ser explicada através da entrada de populações exógenas, provenientes do Mediterrâneo? Que papel deverá ser dado à presença e à maior ou menor antiguidade da cerâmica (cardial e não-cardial) e dos outros componentes do “pacote neolítico” no processo de mudança?

– Às perguntas formuladas, um primeiro grupo de autores responde aceitando a descontinuidade cultural. Tal descontinuidade decorre da entrada, no litoral atlântico, a exemplo do que já havia ocorrido no litoral mediterrânico, de pastores-agricultores com origem no Mediterrâneo oriental. Esses grupos são portadores dum “modo de vida produtor”. A cerâmica cardial é prova de presença e antiguidade dessa mudança cultural. Só num segundo momento o interior da Península será colonizado ou aculturado, podendo então ocorrer eventuais coabitações entre mesolíticos e pastores-agricultores.

Algumas publicações recentes, mas sempre do mesmo autor, precisam, com pormenor, o processo de “colonização” do território português (Zilhão, 1993: 5-63). Tal processo de “colonização” enquadra-se no âmbito de um “modelo démico”, em que a mudança se encontra vinculada a movimento de populações, neste caso, de procedência alógena. De facto, segundo Zilhão, nos finais do VIº milénio A. C. estabelece-se na Estremadura portuguesa um “enclave” de populações agro-pastoris, similar ao já existente no sudoeste espanhol (região de Valência). Estas populações encontram uma região despovoada ou com um substrato mesolítico quase inexistente. Tal facto facilita a instalação rápida destes grupos que, em breve, se expandem em várias direcções. Para sul, encetam, na viragem do VIº para o Vº milénio A. C., interacções com os caçadores-recolectores do Tejo e Sado e da costa alentejana e algarvia. Destes contactos decorre uma progressiva absorção dos mesolíticos e uma colonização/aculturação em amplas áreas do sul de Portugal e do resto do território português. As populações mesolíticas locais acedem ao “pacote neolítico” através do contacto e interacção com os grupos neolíticos. Não existe qualquer possibilidade dos caçadores-recolectores locais acederem, de forma independente, a qualquer dos componentes do referido “pacote”.

Existem múltiplos óbices à aceitação dum modelo explicativo tão arrojado e ao mesmo tempo tão carente de provas arqueológicas:

1) Este modelo apoia-se exclusivamente num único contexto arqueológico analisado, o da gruta do Caldeirão, situado no maciço calcário estremenho. Como é reconhecido por vários autores, encontra-se por fazer um verdadeiro rastreio exaustivo das estações da Estremadura, no sentido de testar as hipóteses erguidas a partir do estudo isolado da gruta do Caldeirão;

2) O contexto arqueológico referido é um local de enterramento, no qual

foram reconhecidos dois níveis sucessivos de inumações, datados dos finais do VIº/inícios do Vº milénio A. C. Ou seja, estamos perante duas associações funerárias, pelo que a análise da presença/ausência de artefactos e ecofactos, e todo o tipo de ilacções sobre a natureza destas inumações devem ser apreciados tendo em conta as restrições impostas pelo carácter especializado de tais contextos.

3) Pretende-se induzir à aceitação do carácter intrusivo dos enterramentos “neolíticos” na gruta do Caldeirão, através duma eventual descontinuidade arqueológica. Tal descontinuidade, se se confirmasse em outras grutas da Estremadura, seria a favor da teoria duma “região despovoada” durante o Mesolítico. A Estremadura só teria sido assim novamente reocupada por “colonos” neolíticos a partir de finais do VIº milénio A. C. Contudo, nem se encontra provada qualquer descontinuidade arqueológica global na Estremadura, entre o Paleolítico superior e o Neolítico antigo, nem tal hipótese, por si só, é argumento válido a favor dum processo de “colonização”. Mesmo que uma eventual ruptura de ocupação se tivesse verificado, não se poderia inferir a partir dela a entrada de populações alógenas. Numa hipotética “terra despovoada” poderiam estabelecer-se, a partir de zonas contíguas, populações locais portadoras de “inovações neolíticas” e não, necessariamente, “colonos”.

4) Na costa do Alentejo e Algarve foram recentemente datadas estações “neolíticas” de meados do VIº milénio A.C. (Soares, 1997), ou seja, de época ligeiramente mais antiga do que a atribuída aos enterramentos do Caldeirão, na Estremadura. A hipótese recente de Zilhão de vários “enclaves” descontínuos no litoral atlântico, nomeadamente na Estremadura e no Algarve (Zilhão, 1998: 27-44), além de necessitar de suporte arqueológico, encontra-se em total contradição com o próprio modelo inicial (1993) de entrada blocal e hegemónica de colonos na Estremadura. A passagem da teoria dum “enclave” (1993) à de vários “enclaves” (1998) não parece ser indiferente ao aparecimento de novas cronologias para contextos do VIº milénio A. C. na costa do sul de Portugal, as quais põem em causa a antiguidade dos enterramentos “neolíticos” do Caldeirão no quadro da neolitização do litoral atlântico peninsular (Soares, 1997).

5) Não se conhecem os povoados sedentários articulados com os enterramentos do Caldeirão. A hipótese de tais povoados existiram a sul da gruta, nos solos férteis do rio Nabão, pode ser rebatida, uma vez que tais terrenos são muito pesados, exigindo uma tecnologia agrícola inexistente nesta época.

A verdade é que não se conhecem na Estremadura os típicos povoados sedentários, que seriam a prova do estabelecimento, no litoral atlântico, dum “sistema de vida aldeão”, tal como foi concebido no Mediterrâneo oriental.

6) A ausência de cereais e de outras provas directas de agricultura nos enterramentos do Caldeirão serve qualquer explicação, dado o carácter especializado desta ocupação. Ou seja, não é possível utilizar um contexto funerário

isolado, para a partir dele se construir um modelo explicativo que envolve não apenas migrações populacionais mas sobretudo a transposição para o litoral atlântico da totalidade dum sistema económico e social.

Assim, se atendermos ao suporte teórico do modelo difusionista clássico, temos de admitir que não existem provas arqueológicas que sustentem tal modelo no litoral atlântico ocidental da Península Ibérica.

– Um segundo grupo de autores, muito mais amplo do que o primeiro, defende um processo evolutivo contínuo entre o VIº e o Vº milénio A. C. As “inovações neolíticas” são, segundo estes, assimiladas por caçadores-recolectores mesolíticos, cujas economias complexas estavam, em algumas regiões, especialmente preparadas para as receber. A cerâmica e o pastoreio são integrados em economias “proto-produtoras”, onde o armazenamento de recursos aquáticos era prática corrente no sul de Portugal. J. Soares (1995: 127-138) refere explicitamente que “teriam ocorrido fluxos regulares e relativamente rápidos de informação entre grupos vizinhos, sem movimentos de populações e processados em função da selectividade do meio social” (p. 134).

Também outros investigadores interpretam a existência de estações do neolítico antigo no Alentejo interior num quadro autoctonista, em que a informação, com diversas origens, circularia segundo diferentes “rotas”. As recentes descobertas de sítios desta época (e contextos) no interior do Centro e Norte de Portugal também têm sido entendidas num quadro de cruzamento de contactos inter-comunitários, alheio a importantes movimentações populacionais.

No geral, admite-se que a neolitização do Centro e Norte de Portugal possa ter resultado da transmissão de ideias e artefactos veiculados a partir das Mesetas, da Estremadura e, eventualmente, do Sul (Sanches, 1997).

– Todas as perspectivas autoctonistas têm sentido dificuldade em lidar com dois aspectos: – a natureza dos processos de transmissão cultural, desde o Mediterrâneo oriental até à Península Ibérica; – a caracterização económica e social dos sistemas de subsistência que integraram, em diferentes tempos e lugares, novos artefactos e, às vezes, ovicaprídeos e cereais.

É como se existisse um dilema: se não se pode negar que certos componentes do sistema neolítico (plantas e animais domesticados) são de origem oriental, como refutar uma qualquer explicação difusionista? Mas, por outro lado, como articulá-la com os aspectos contraditórios do “pacote neolítico” peninsular: ausência de unidade do referido “pacote”, continuidade tecnológica e económica entre muitos contextos “mesolíticos” e “neolíticos”, ausência de povoados sedentários associados a um “modo de vida aldeão”? Ou seja, existe dificuldade em se perceber os mecanismos concretos de difusão – do Mediterrâneo oriental até ao

litoral atlântico da Península Ibérica – ou seja, as fórmulas específicas que veicularam as “inovações neolíticas” nesta região ocidental da Europa.

Em regra, todos os modelos difusionistas, quer os que são adeptos de movimentos de populações (Ammermann e Cavalli-Sforza, 1984), quer os que, não o sendo, admitem a transmissão selectiva da informação ao longo do Mediterrâneo (Lewthwaite, 1986: 53-66) estão de acordo num ponto: o mecanismo de difusão ou transmissão genética produziu-se de oriente para ocidente segundo um “modelo axial” (Vicent García, 1997: 1-13). Muitas das actuais perspectivas autoctonistas sobre a neolitização peninsular, apesar de negarem a ocupação do litoral por grupos alógenos, também propõem uma transmissão direccionada da informação, do litoral para o interior (Soares, 1997). Por outro lado, as “inovações neolíticas”, ao expandirem-se para o interior da Península, utilizam as chamadas “rotas terrestres”, ou seja, eixos orientados de assimilação e difusão dos componentes do sistema produtor. Esta “visão axial” tem fragilizado qualquer argumentação alternativa às perspectivas difusionistas tradicionais.

Recentemente alguns autores tentaram explicar o aparecimento dos componentes do sistema produtor na Península Ibérica em termos do que designaram por um “modelo capilar” (Vicent García, 1997). Segundo este modelo, também difusionista, a informação processa-se tendo em conta alguns aspectos principais: – as relações sociais de reciprocidade entre caçadores-recolectores são os condutores naturais de informação; – estas relações sociais têm uma estrutura isotrópica, ou seja, o que flui, tende a espalhar-se uniformemente por toda a rede de interacção, quase ao mesmo tempo. As práticas exogâmicas entre os grupos mesolíticos mediterrânicos terão proporcionado uma propagação rápida dos componentes do sistema agro-pastoril; – contudo, a entrada e saída de produtos, no quadro de relações isotrópicas, estão condicionadas pela contingência da recepção. É o contexto social específico que comanda a necessidade ou rejeição dos elementos de troca. Daqui resulta que a presença e a cronologia de chegada de determinados componentes do sistema produtor podem variar consoante inúmeros factores associados à imprevisibilidade social da transmissão da informação.

A aceitação deste modelo explicativo, para além de valorizar as relações sociais (e não exclusivamente as tecnológicas e económicas), acarreta duas importantes consequências: – da simples presença isolada de elementos do sistema agro-pastoril não se pode extrair outra ilacção que não seja a de que eles existiram num determinado contexto, qualquer que tenha sido o seu uso económico e social. Ou seja: da circulação desses elementos em contextos mesolíticos não se pode inferir a implantação de uma “economia agro-pastoril”; – neste quadro de raciocínio também não tem sentido falar de “rotas”, “vias”, “eixos”, como meios de transmissão da informação. Numa determinada região, os produtos podem circular em múltiplas e “contraditórias” direcções dependentes da diversidade dos ritmos

de aceitação, de expansão ou de rejeição social.

A negação dum “modelo arterial” de expansão do sistema produtor no Mediterrâneo ocidental, põe em causa, de forma profunda, todas as teorias explicativas (migracionistas ou autoctonistas) até hoje desenvolvidas. E abre caminho a um olhar completamente novo sobre a natureza económica e social da cerâmica, dos cereais ou dos ovicaprídeos, entre o VIº e o Vº milénio A. C., no território português.

II. DE MEADOS DO Vº A MEADOS DO IVº MILÉNIO A. C.: MONUMENTOS E TERRITÓRIOS

O Alto Alentejo terá protagonizado, no território português, a emergência do primeiro fenómeno sepulcral de tipo monumental, ainda antes de meados do Vº milénio A. C., representado por pequenas câmaras cistoides fechadas, de inumação individual, sob “tumulus”. Aparentemente, terão sido construídos estes primeiros sepulcros fechados ainda em época contemporânea da dos concheiros mesolíticos do Tejo e do Sado e de diferentes estações “neolíticas” do tipo anteriormente referido.

Por meados do Vº milénio A. C., em grande número de regiões do território português, assistimos à construção continuada dos primeiros monumentos sepulcrais. Predominam as câmaras cistoides fechadas sob “tumulus”, contendo inumações individuais. No Alto Alentejo, no entanto, emergem, por esta altura, os primeiros sepulcros de corredor curto (por ex., Poço da Gateira 1), contendo já inumações alargadas ou colectivas. Não sabemos se algures, durante este período, terão sido erigidos menires ou recintos de pedras fincadas. O povoamento correlacionável com aqueles monumentos sepulcrais é ainda muito frágil, com fracos índices de sedentarização em todo o território.

De salientar a provável persistência de reutilização dos santuários de arte rupestre do Tejo, do Côa e do Douro, ao longo de todo o Vº milénio A. C., ainda que desconheçamos a eventual relação destes santuários com os construtores dos primeiros sepulcros megalíticos em regiões contíguas.

Durante esta época não conhecemos, na Estremadura, nenhuma inovação em termos sepulcrais. Continuam a ocorrer deposições simples, individuais, em gruta. Às vezes estas deposições estão delimitadas por recintos estruturados (Oosterbeek, 1997). Aparentemente, neste período e nesta região, não existe uma descontinuidade assinalável entre os povoados e os enterramentos conhecidos da 1ª metade do Vº milénio A. C.

Ao longo da 2ª metade do Vº milénio A. C., em particular nos finais deste milénio (Neolítico médio-final), observa-se um fenómeno abrangente de implan-

tação de monumentos de carácter sepulcral/ritual. Se exceptuarmos a Estremadura que, aparentemente continua, nesta fase, a apresentar um certo imobilismo, registamos, de Sul a Norte, a existência de necrópoles de sepulcros sob “tumulus” e, em certas zonas, de alguns menires ou cromeleques. Este fenómeno corresponde à primeira monumentalização abrangente da paisagem.

Por outro lado, em quase todas as áreas regista-se, nesta fase, um engrandecimento dos sepulcros que agora, em todo o lado, acolhem inumações alargadas ou colectivas.

Mais uma vez, o Alto Alentejo é precoce na emergência de grandes dólmens de corredor longo ou muito longo (por ex., a Anta Grande do Zambujeiro). Aqui surgem também povoados sedentários em relação com estes grandes túmulos. No entanto, em outras regiões, ocorrem apenas câmaras funerárias simples, fechadas ou abertas, sob “tumulus” (por ex., no Norte, Outeiro de Ante 1, na Serra da Aboboreira), ou câmaras de corredor curto ou longo (bem ou pouco diferenciado). Esta variabilidade tipológica aponta também para diferenciações rituais. Assim, verificam-se desfasamentos cronológicos – que podem não ter ultrapassado os 400-500 anos – entre regiões onde já se operavam permanentes reutilizações das câmaras funerárias e dos respectivos corredores (no Sul), e outras onde as tumulações eram feitas durante um único momento, o do enterramento, sendo os túmulos fechados logo após as deposições. Trata-se duma importante diferença de natureza ritual que separa regiões e necrópoles onde os sepulcros eram encerrados após os enterramentos, de outras que geriam o uso de “túmulos abertos” durante um certo período de tempo.

Finalmente, durante a passagem do Vº para o IVº milénio A. C. e ao longo da 1ª metade do IVº milénio A. C. (Neolítico final) assistimos à diversificação de paisagens pontuadas por monumentos sepulcrais/rituais com as mais variadas características.

É durante esta fase que se vulgarizam em todo o território, sepulcros de corredor com átrio. No interior destes monumentos depositam-se, por vezes, centenas de esqueletos, segundo rituais operados e compreendidos apenas por um número restrito de “oficiantes”. É, assim, durante este período, que se praticam vários “cultos de antepassados”, os quais deveriam requerer toda uma cenografia organizada no interior e em torno destes “sepulcros-templos”. A “arte megalítica” não é mais do que a expressão visível do grau de padronização e complexidade que deveria envolver os rituais de inumação colectiva nestes monumentos (V. O. Jorge, 1998: 69-83).

Para além dos sepulcros megalíticos de corredor, ocorrem, em algumas áreas (Estremadura, Alentejo e Algarve), outros espaços sepulcrais com menor visibilidade arquitectónica. Referimo-nos a ossuários em grutas naturais, e a inumações

colectivas em hipogeus e “tholoi”. Nestes espaços verificam-se rituais heterogéneos muito complexos. Assim, ao longo da 1ª metade do IVº milénio A. C., vemos surgir múltiplas fórmulas para cultuar os antepassados. Tais fórmulas nem sempre recorrem a espaços cénicos monumentais, como os grande sepulcros megalíticos de corredor. De resto, mesmo nas regiões onde estes últimos existem, ocorrem, por vezes, outros monumentos cuja natureza arquitectónica é marcadamente diferente: fossas funerárias e/ou rituais sob “tumulus” (contíguas a sepulcros megalíticos convencionais) ou inuações planas sob “tumulus” (no Norte de Portugal). Torna-se óbvio que estas várias arquitecturas apontam para processos sociais muito diversificados, só compreensíveis a uma escala muito ampla de análise.

É durante o Neolítico final que ocorrem em maior número, e de forma mais abrangente, menires e recintos de pedras fincadas – os cromeleques. A maioria dos investigadores aceita que estes monumentos possam ter sido reutilizados ou mesmo reestruturados durante esta fase. A função de “marcação territorial” parece não colidir com a de “observações astronómicas” no quadro de rituais de consolidação identitária. De referir que em alguns cromeleques (por ex., no Alto Alentejo), surgem menires transformados em “estátuas-menires”, dando relevo à representação sumária da figura humana.

Durante a 1ª metade do IVº milénio A. C. expandem-se santuários ao ar livre de arte rupestre. Os abrigos pintados de Arronches, o “santuário exterior” do Escoural, os abrigos pintados de Penas Róias e da Serra de Passos ou o santuário de ar livre com gravuras do Tripe, são apenas alguns – poucos exemplos – da chamada “arte esquemática” deste período.

Tendo origem no VIº milénio A. C., ou seja, no chamado “Neolítico antigo”, ela irá subsistir até, pelo menos, ao IIIº milénio A. C. Ao longo deste tempo terá funcionado como um precioso elemento de “marcação territorial” e de construção identitária. Neste sentido, o estudo da arte rupestre deve ser realizado no quadro da “arqueologia de paisagem”, devendo estar atento à maior ou menor proximidade relativamente a recursos naturais, a caminhos, a acessos, etc., etc.

Por outro lado, tal como os monumentos, os santuários de arte rupestre permaneceram na paisagem para além do momento em que foram criados e usados pela primeira vez. Desta forma, sujeitaram-se, tal como os monumentos, a múltiplas reinterpretações, mobilizadoras de contínuas negociações territoriais.

Finalmente, durante o Neolítico final, começamos a conhecer melhor os povoados dos grupos que construíram os monumentos mencionados. No entanto, estes povoados reflectem, de forma concisa, a heterogeneidade de padrões de vida, de possibilidades de recursos disponíveis, de diferentes tecnologias e estratégias adoptadas. Apesar da grande variabilidade habitacional, encontramos, pela primeira vez, de forma inequívoca, provas directas (e indirectas) do domínio do sistema produtor.

Discussão

Tradicionalmente admitia-se uma estreita correlação entre os primeiros monumentos sepulcrais e a consolidação da economia agro-pastoril. Os monumentos funcionavam como “marcadores territoriais” de paisagens cultivadas. Os antepassados, representados pelos monumentos, eram o suporte legitimador dum processo de negociação de direitos sobre a terra arável.

Recentemente, diversos autores, como J. Barret ou R. Bradley têm questionado a referida correlação. Em 1998, R. Bradley defende uma divisão entre “sepulcros fechados” e “sepulcros abertos”, os quais não só espelhariam diferentes noções de tempo, como se articulariam com diversos tipos de economias. Na verdade, segundo o autor, a primeira economia agro-pastoril só se verificaria aquando do aparecimento dos “sepulcros abertos”.

Para Bradley os primeiros sepulcros fechados, sob “tumulus” partilhariam com os sepulcros anteriores, a inumação individual. Os rituais posteriores à deposição do morto e ao enterramento no sepulcro ocorreriam apenas em torno do monumento, o que, por outro lado, permitia uma “assistência” relativamente alargada (S. O. Jorge, 1998a: 105-113). Estes primeiros monumentos que se destacam na paisagem – tal como, para alguns investigadores, os primeiros menires e cromeleques – marcam territórios em transformação. Mas, de facto, não existem provas, no que respeita ao território português, de uma economia agro-pastoril consolidada durante esta fase tão recuada.

A partir de meados do Vº milénio A. C. (no Sul) e de finais do Vº/inícios do IVº milénio A. C. (em outras regiões) ocorrem sepulcros de corredor, com átrio, sob “tumulus”. São sepulcros abertos, que abrigam inumações colectivas, depositadas ao longo dum determinado período de tempo muito variável. Para citar Bradley estamos agora face a “rituais de antepassados” por oposição aos anteriores “rituais de enterramento”. Tais rituais colectivos operam-se desde o átrio até ao fundo da câmara sepulcral, segundo um eixo de visibilidade a que só tem acesso um número restrito de “oficiantes” (S. O. Jorge, 1998a). Estes rituais admitem teoricamente múltiplas manipulações dos corpos e de artefactos associados. Os “rituais dos antepassados” transformam os seus despojos em “reliquias”. No nosso território os “sepulcros abertos” são mais frequentes durante o Neolítico final, havendo, por outro lado, provas, nesta fase, do desenvolvimento abrangente de povoados sedentários e da reformulação de recintos de menires. Aparentemente, é só a partir dos inícios do IVº milénio A. C. que, em todo o território português, os monumentos sepulcrais/rituais adquirem uma função legitimadora dos direitos de acesso à terra arável. Neste sentido, é só nesta fase, que eles acedem ao estatuto de verdadeiros “marcadores territoriais” de comunidades agrárias.

Enfim, todo este enunciado ajuda-nos a seleccionar algumas ideias gerais:

1º – segundo esta nova visão, poderão ocorrer monumentos (sepulcros e menires) que fiquem de fora dum qualquer sistema agrário. Ou, por outras palavras, os primeiros “monumentos” poderão não ter sido todos construídos por agricultores-pastores;

2º – se o sistema produtor se correlaciona com o “culto dos antepassados”, este exhibe-se não apenas em contextos monumentais, mas também em grutas e hipogeus, ou seja, em espaços sem visibilidade arquitectónica, ou mesmo em espaços intencionalmente ocultos;

3º – santuários de arte rupestre, recintos de menires ou de estelas, povoados, sepulcros (com ou sem monumentalidade) cumprem, a partir do Neolítico final, diferentes papéis no sentido de ajudarem a construir a primeira paisagem agro-pastoril em território português. Esta paisagem insere espaços sociais muito heterogéneos, onde se negocia o poder das primeiras comunidades agrárias.

Neste quadro polifacetado qual será a maior novidade introduzida pelo chamado “fenómeno megalítico”?

O estudo exaustivo da necrópole megalítica da Serra da Aboboreira (no Norte de Portugal) (V. O. Jorge, 1991: 205-213), realizado ao longo de vinte anos, foi fundamental para se compreender a construção, durante três milénios, de uma cenografia organizada.

Da análise da evolução desta necrópole durante mil anos, podemos extrair alguns traços comuns a outros contextos megalíticos, que nos ajudam a reconstituir uma específica noção de “tempo ritual”.

Assim, a evolução da necrópole da Serra da Aboboreira, entre meados do Vº milénio A. C. e meados do IVº milénio A. C., oferece-nos os seguintes elementos sobre a organização e construção cénicas:

– Os primeiros sepulcros – câmaras pequenas, fechadas, sob “tumulus” –, ocorrem ao longo da 2ª metade do Vº milénio A. C. São monumentos isolados, no topo da serra. Não existem provas de um modo de vida agro-pastoril em marcha. Estes túmulos pertencem a grupos provavelmente errantes, que distinguem simbolicamente um território através da construção destes pequenos montículos de terra e pedras. Em torno deles ocorreram “rituais de enterramento” acessíveis a um número variado de “espectadores”.

– Estes sepulcros vão sobreviver na paisagem desde o Vº milénio até meados do IVº milénio A. C., período durante o qual, em áreas contíguas, foram construídos outros túmulos: câmaras maiores, fechadas; câmaras maiores abertas; uma câmara poligonal com corredor (Chã de Parada 1); eventualmente outros sepulcros mais pequenos ainda não datados. Os túmulos mais antigos foram sendo reinterpretados à medida que eram concebidas, lado a lado, novas estruturas. Em

conjunto, foi sendo criado um sistema ritual/sepulcral, em permanente reactualização;

– Os sepulcros dos finais do V^o/1^a metade do IV^o milénio A. C. não se instalam ao acaso. No interior de núcleos com monumentos mais ou menos equidistantes, inserem-se túmulos de grandes dimensões (por ex., Outeiro de Ante 1 ou Chã de Parada 1), que passam a polarizar o espaço usado por todos os sepulcros dum determinado conjunto. Ou seja, a partir de um certo momento, constituem-se núcleos com um “centro”, ou, se quisermos, onde os monumentos estão hierarquizados (através da dimensão e da localização). Este fenómeno é também observado em outras necrópoles megalíticas do Sul de Portugal.

– Nos inícios do IV^o milénio A. C., quando é construído o dólmen de Chã de Parada 1, estamos já perante uma paisagem cenográfica de longa duração, na qual todos os monumentos (dos mais antigos aos mais recentes) são culturalmente contemporâneos. Em conjunto, estes monumentos servem o propósito de se criar um território estável com identidade.

A breve história da evolução da necrópole megalítica da Aboboreira, entre o V^o e o IV^o milénio A. C., é paradigmática do que define melhor a natureza destes espaços rituais no nosso território: estamos perante paisagens que visibilizam um novo tipo de “tempo ritual”. Este é um “tempo longo” que remete para a noção de “intemporalidade”, que é sinónimo duma nova “ordem social”. A aparente estabilidade de longa duração destes espaços inscreve-se num propósito de controle da memória colectiva, que é vital para a sedimentação das estruturas sociais das primeiras comunidades agrárias.

III. DA SEGUNDA METADE DO IV^o A MEADOS DO II^o MILÉNIO A. C.: ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA AGRO-PASTORIL

Ao contrário da divisão tradicional entre Calcolítico e Bronze antigo e médio, tentaremos aqui uma caracterização global deste longo período, por forma a suscitar alguma discussão em torno da natureza das continuidades e descontinuidades observadas.

Começamos por fazer um balanço sobre a evolução dos espaços sepulcrais entre os finais do IV^o e meados do II^o milénio A. C.

Durante uma primeira fase, até meados do III^o milénio A. C., observam-se três grandes características:

– uma progressiva invisibilidade arquitectónica dos sepulcros na paisagem. De facto, e apesar de especificidades regionais, vemos surgir, no Sul, “tholoi” e

hipogeus, e, em regiões mais setentrionais, pequenas cistas sob “tumulus” ou cistas planas. São reutilizadas também grutas naturais. É notório que estes enterramentos, podendo socorrer-se de túmulos pré-existentes, não se integram em novos “monumentos”, segundo o padrão utilizado na fase anterior;

– ocorre um menor investimento de trabalho na elaboração dos enterramentos: por um lado, edificam-se pequenos túmulos, por outro, aproveitam-se sepulcros anteriores;

– apesar da perda de visibilidade e de menos investimento de trabalho, os enterramentos calcolíticos acusam uma grande heterogeneidade e complexidade ritual, em todas as regiões. Os sepulcros tanto aproveitam necrópoles pré-existentes, como ocorrem em novos contextos (recintos plurifuncionais) ou surgem apenas isolados. Tanto se verificam inumações individuais (ou restritas) como se prolonga a prática das deposições secundárias em ossuários. Não está posta de lado a hipótese de alguns ossos poderem circular entre diversos espaços, como é sugerido pela estrutura ritual do recinto de Castelo Velho (S. O. Jorge, 1998b).

De referir ainda que, apesar de algumas excepções, mantém-se, em regra, uma certa distância espacial entre os túmulos e os povoados onde vivem os seus potenciais utilizadores (Gonçalves, 1995: 1-20; Cruz *et alii*, 1998a).

Entre meados do IIIº milénio A. C. e os incios do IIº milénio A. C. surgem algumas mutações trans-regionais:

– As reutilizações campaniformes, nomeadamente as tardias, vêm instalar uma “dissolução” da ordem tradicional em alguns grupos. De facto, as inumações individuais estão associadas a uma utensilagem funerária padronizada que preciniza algumas mudanças na organização do poder das elites.

– Os contextos Ferradeira-Montelavar acentuam esta mudança nas estruturas de poder através de alguns procedimentos básicos: – a edificação de cistas (planas ou sob “tumulus”) em ecologias de vale, em regra nas proximidades de povoados; – a inclusão nessas cistas de espólio metálico de filiação mediterrânica e atlântica, acusando a capacidade de algumas elites em controlarem a troca de objectos raros de âmbito supra-regional.

Contudo, apesar destas mutações, que se observam sobretudo no litoral (Minho, Douro Litoral, Estremadura, Baixo Alentejo e Algarve), permanece uma grande diversidade e complexidade funerária-ritual em todo o território.

No interior, em particular em Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Alta, conhecem-se pequenos túmulos (e estruturas rituais existentes na sua periferia) que, em regra, não integram, artefactos metálicos. Estes sepulcros tanto se incluem em necrópoles pré-existentes como em novos espaços. Articulam-se com inumações ou cremações individuais. Tanto podem surgir em ecologias de vale como de serra ou de montanha (Cruz, 1995: 81-119; Cruz *et alii*, 1998b).

O monumento de Outeiro de Gregos 1 (no Norte de Portugal, localizado na necrópole da Serra da Aboboreira) (V. O. Jorge, 1991) é paradigmático de dois aspectos interligados: invisibilidade sepulcral na paisagem; complexidade funerária-ritual.

Na verdade, anexada a uma cista integrada num “cairn” (rodeado por um círculo de pedras) foi detectada uma estrutura ritual bem estruturada. O espólio funerário incluía uma espiral de prata e a estrutura ritual revelou um vaso liso tronco-cónico.

Aparentemente, durante esta fase de transição entre o Calcolítico final e o Bronze inicial, ocorrem múltiplas soluções funerárias/rituais que dão conta da legitimação do poder de pequenos chefes locais. Nem todos terão tido acesso à exibição de bens de prestígio de âmbito supra-regional. Mas todos parecem manipular os locais funerários como forma de consolidar o controle sobre a terra e o trabalho nela investido.

Ao longo do II^o milénio A. C., as necrópoles do Bronze sudoeste (Alentejo e Algarve) protagonizam, no Sul, um estádio evolucionado do mundo funerário/ritual desta época. É certo que estamos perante cemitérios posicionados em zonas de vale, próximo de povoados (V. V. A. A., 1995). É certo também que estes cemitérios podem assumir uma organização interna que aponta para formas explícitas de hierarquização social (S. O. Jorge, 1996: 193-214).

Os monumentos de tipo Atalaia, provavelmente reutilizados durante 300/400 anos, deixam antever uma sólida codificação social, que não tem paralelo arqueológico em contextos similares contemporâneos do território português. Mas, apesar da complexidade formal e simbólica destas necrópoles, elas espelham apenas, a um nível mais elaborado, o padrão dos sepulcros do Bronze antigo e médio: – discrição na implantação topográfica; – inumações individuais associadas a espólios onde predominam os vasos cerâmicos, podendo ocorrer mais raramente artefactos metálicos (desta vez, de filiação mediterrânica); – associação recorrente de estruturas funerárias e rituais, deixando antever complexas cenografias no momento dos enterramentos; – manipulação, por vezes, de artefactos metálicos, resultantes de trocas entre elites regionais; – ostentação, em certos casos, do acesso à posse de armas metálicas (por ex., através da iconografia das estelas que acompanham algumas sepulturas).

As necrópoles do Bronze do Sudoeste configuram, no Sul, a emergência de pequenos chefes regionais que, num regime de alguma competição, tentam manter o seu controle sobre a terra, os seus recursos e o trabalho que sobre ela se exerce.

A necrópole do Tapado da Caldeira, no Norte de Portugal (S. O. Jorge, 1996), na sua singeleza e discrição, também cumpre o papel de legitimar (em partilha com outros espaços) a ascensão de elites que controlam novos territórios.

Durante este longo período são também erigidas estelas antropomórficas.

Numa primeira fase (III^o milénio A. C.) são conhecidas estelas/estátuas menires no interior do território (Alentejo, Trás-os-Montes e Alto Douro). Apresentam semelhanças iconográficas com outras, situadas em regiões contíguas, na vizinha Espanha, que, em conjunto, têm um ar de família mediterrânico.

Trata-se de pequenas peças, onde estão gravados motivos anatómicos (olhos, nariz, braços, eventualmente, pernas e sexo) e ainda motivos complementares (cintos, colares, insígnias (?), etc.). Estão ausentes as armas.

Conhece-se um único recinto com estelas deste tipo, situado no Norte de Portugal, o Cabeço da Mina (S. O. Jorge, 1998a).

Embora podendo ter sido concebido no IV^o milénio A. C., o santuário do Cabeço da Mina deverá ter continuado a ser usado ao longo do III^o milénio A. C.

No Sul, pensa-se que alguns menires, integrados em cromeleques do Neolítico médio-final, possam ter sido transformados, durante esta fase, em estelas/estátuas-menires, com representação da figura humana.

Durante os finais do III^o milénio A. C. e ao longo do II^o milénio A. C. ocorrem estelas em contextos absolutamente diferentes dos anteriores.

Referimo-nos às chamadas “estelas alentejanas”, que surgem associadas aos túmulos do Bronze Sudoeste (no Alentejo e Algarve), e à solitária estela de Longroiva (no Alto Douro português).

Todas são estelas armadas. Longroiva apresenta um explícito contorno antropomórfico, o que não acontece nas “estelas alentejanas”. Mas em todas, e independentemente da tipologia das armas representadas (alabardas, punhais, espadas, machados, etc.), se pretende mostrar a acção de se possuir certos artefactos metálicos e, no caso das “estelas alentejanas”, também de certos objectos, algo enigmáticos, como os chamados “ancoriformes”.

As “estelas alentejanas”, tradicionalmente consideradas como “tampas de sepultura”, poderão também ter sido erguidas junto aos túmulos, simbolizando desta forma o estatuto privilegiado dos indivíduos ali inumados (V. V. A. A., 1995).

No que respeita aos santuários de arte rupestre observa-se uma longa sobrevivência da chamada “arte esquemática” em todo o território português, particularmente no seu interior. O que está em jogo, mais uma vez, sintetiza-se numa interrogação: como se articulam estes santuários com os recursos, os acessos, as fronteiras dos novos territórios emergentes durante o Calcolítico e a primeira parte da Idade do Bronze?

É com os santuários da chamada “arte galaico-portuguesa” do Noroeste português que se introduz uma nova temática, quer de tipo geométrico (círculos concêntricos, espirais, etc.), quer de tipo semi-naturalista (quadrúpedes, figuras humanas, armas, ídolos, etc.).

Recentemente tem-se adoptado uma cronologia curta para esta “arte”: entre o IIIº e o IIº milénio A. C., ou seja, entre o Calcolítico final e o Bronze inicial (Peña Santos e Rey García, 1993: 11-50). Peña Santos e Rey Garcia sustentam que há uma relação directa entre as rochas gravadas e locais visualmente privilegiados, em ordem a serem simbolicamente marcados os territórios controlados pelas elites dominantes. A posição periférica desta “arte”, em torno de sepulcros e povoados, delimitando espacialmente novos territórios, teria, assim, como finalidade, ostentar símbolos conectados com elites emergentes. A aceitarmos esta interpretação, os santuários de “arte galaico-portuguesa” poderiam configurar, no Noroeste de Portugal, a emergência de novas arenas de afirmação e disputa social, paralelas às manifestadas em torno de espaços sepulcrais contemporâneos.

Uma das investigações de ponta incide actualmente no estudo e na avaliação da funcionalidade global de múltiplos recintos monumentais emergentes entre os finais do IVº e os incios do IIIº milénio A. C.

Um tipo de recinto monumental aparece exclusivamente no Sul (Alentejo), sendo delimitado por fossos. Existem recintos com fossos, com dimensões e dispositivos arquitectónicos muito variados. Por um lado, conhecemos o grande recinto dos Perdigões (Lago *et alii*, 1998: 45-152), que inclui um espaço funerário e se encontra contíguo a um recinto de cromeleques. Outros recintos mais modestos, com fossos, como St.^a Vitória, ou Monte da Ponte, são apenas a ponta dum “iceberg” que se começa agora a descobrir.

Um outro tipo de recinto monumental diz respeito aos conhecidos “povoados murados” ou “povoados fortificados” que ocorrem maciçamente no Sul (Alentejo, Algarve e Estremadura), mas que começam agora também a ser identificados no Centro (Beiras) e no Norte (Trás-os-Montes e Alto Douro).

Estes recintos murados podem ser arrumados segundo dois grandes tipos de localização: – lugares que aproveitam formações rochosas pré-existentes, muito proeminentes na paisagem, as quais são “monumentalizadas” através da construção de muretes ou muralhas; – lugares que ocupam sítios naturais de difícil acesso (cumeadas, esporões, etc.), nos quais são edificados, de raiz, recintos muralhados. No primeiro caso existe um aproveitamento da visibilidade e das características geográficas de lugares naturais para reforçar a natureza monumental dos recintos ali construídos. É possível que tais recintos fossem erguidos em sítios naturais com um qualquer valor sagrado para as populações que os monumentalizaram, ou que os veriam de longe.

Os recintos existentes no alto destas formações obedecem a diversos planos arquitectónicos e podem ter durações variáveis. Conhecem-se vários exemplos no interior do Centro e do Norte de Portugal e também na Estremadura.

Quanto aos recintos que se instalam em morros ou esporões, sem utilizar

acidentes geográficos pré-existentes, eles são abundantes no Centro e Sul e mais raros no Norte. Trata-se de recintos de planta sub-circular, cercados por um murete ou muralha, ou, em casos mais complexos, por duas ou três linhas de muralhas. Foram e são ainda classificados por muitos investigadores como “povoados fortificados”, valorizando-se nesta expressão a função defensiva. Recentemente tentámos desconstruir esta visão uniformizante que simplifica em excesso a complexidade funcional destes sítios (S. O. Jorge, 1994: 447-546).

Estes recintos apresentam diversos planos arquitectónicos.

Se exceptuarmos os casos do Zambujal e V.^a N.^a de S. Pedro (cuja dimensão pode oscilar entre 1 a 2 ha), os restantes recintos apresentam áreas inferiores a 1 ha. Apenas na Estremadura e no Norte ocorrem recintos cuja utilização se prolonga durante a Idade do Bronze (por ex., Zambujal, V.^a N.^a de S. Pedro e Castelo Velho de Freixo de Numão). Uma grande maioria destes lugares não oferece, de facto, possibilidades acentuadas de defesa. Os dispositivos pétreos deverão ser encarados como elementos delimitadores e/ou acentuadores da monumentalidade dos sítios. Não significa isto que, num determinado momento da sua história, estes locais não possam ter defendido, no seu interior, pessoas e bens. Mas essa função circunstancial não terá determinado a construção e manutenção (ao longo de séculos) destes verdadeiros “monumentos”.

A análise dos recintos murados leva-nos a realçar a sua posição alcantilada que lhes confere uma grande visibilidade na paisagem. Por outro lado, estes lugares parecem pontuar novos territórios, onde se verificam investimentos agrícolas intensivos que proporcionam ocupações continuadas durante longos períodos de tempo. Os recintos murados, independentemente das relações contextuais a que estiveram ligados, reproduzem novas percepções individuais e colectivas do mundo social. Correspondem a novos “marcadores espaciais” das primeiras paisagens verdadeiramente agrárias (S. O. Jorge, 1998a).

Os recintos com fossos e os recintos murados diferem em muitos aspectos: na maior ou menor dispersão pelo território; nas áreas que ocupam, na sua extensão; na visibilidade que detêm; na natureza e complexidade arquitectónica que ostentam, etc., etc.

No entanto, para além de serem áreas circunscritas, fisicamente delimitadas por estruturas, partilham, em alguns casos, uma característica muito inovadora: a “multifuncionalidade”.

Na verdade, em lugares melhor conhecidos, coexistem no interior dos recintos, áreas de tipo “doméstico”, “funerário” e “ritual” (por ex., em Castelo Velho de Freixo de Numão, no Norte, e nos Perdigões, no Sul). Estamos perante novos lugares, certamente conectados com outras formas de vivência da terra e de domesticação dos territórios.

A circulação de metais e o aparecimento dos chamados “depósitos” é um

fenómeno característico de Bronze antigo e médio (entre finais do III^o e meados de II^o milénio A. C.).

Durante o chamado Bronze antigo são conhecidos no Norte de Portugal e na Estremadura “depósitos” com afinidades estilísticas atlânticas.

Durante o Bronze médio acentua-se a circulação de artefactos de filiação mediterrânica, pelo que, nesta última fase, se cruzam influências atlânticas e mediterrânicas no quadro de relações supra-regionais entre elites.

Os “depósitos” manifestam intercâmbios de escala média que são prova de novos pactos socio-políticos entre territórios. Tais pactos supõem a emergência de códigos de consumo similares entre as elites. A questão que este quadro social sugere é a seguinte: tais mudanças, a partir de finais do III^o milénio A. C., reflectem rupturas na organização do poder ou fazem parte apenas duma nova “cenografia” que sustenta o poder tradicional?

Resta-nos referir, de forma sumária, ao povoamento. Infelizmente existe uma grande desigualdade de informação sobre as várias regiões em presença.

Façamos primeiro alguns comentários sobre o povoamento calcolítico, em geral. Em primeiro lugar, existe uma enorme variedade de sítios implantados em diversas ecologias (de vale, de serra ou montanha) adaptados aos solos e às condições específicas de cada área. Esta expansão do povoamento para áreas marginais começa, de facto, nos finais do IV^o milénio A. C. e desenvolve-se ao longo do III^o milénio A. C. Em segundo lugar, observa-se uma diversidade acentuada de ritmos de desenvolvimento. Em terceiro lugar, é notória a implantação de povoados sedentários, articulados com diversas intensificações económicas. No interior destes sítios existem provas directas e indirectas da chamada “revolução dos produtos secundários”. A tecelagem, em todas as regiões, é uma actividade presente, provavelmente utilizada também com propósitos sociais em cenários cerimoniais (por ex., em Castelo Velho, de Freixo de Numão, no Norte de Portugal). Já a metalurgia do cobre é irrelevante. Em quarto lugar, é de destacar a forte identidade artefactual das “cerâmicas domésticas” da Estremadura e do Norte litoral. O aproveitamento da decoração cerâmica, como elemento identitário, surge como um excelente indicador de autarcia e competição inter-comunitária. Competição, aliás, óbvia em outros aspectos da vida destes grupos, nomeadamente através da edificação de recintos monumentais já referidos.

O povoamento da Bronze antigo e médio sofre algumas discontinuidades. De facto, verificamos que se observam mudanças na localização dos “habitats”, correlativas da expansão e estruturação de povoamento: surgem redes hierarquizadas de habitats que invadem, de forma sistemática, áreas até então não ocupadas permanentemente.

Desta forma, a investigação demonstra que, ao longo da primeira etapa do Bronze, se procede à definitiva “colonização” do território por parte de socieda-

des agrárias ainda segmentárias. Dá-se assim continuidade a um processo iniciado, em muitas regiões, no IV^o milénio A.C., e que foi amplamente incrementado a partir do III^o milénio A.C. Ao contrário do que muitos autores crêem (Ruiz-Gálvez, 1998) estes povoamentos da Idade do Bronze não estão sistematicamente ligados a grupos itinerantes, cuja economia assentasse preferencialmente no pastoreio. Os dados da investigação provam o contrário: encontram-se em muitos locais provas directas e indirectas de agricultura cerealífera e também do uso secundário de animais domésticos, num contexto de populações sedentárias e estáveis (V. V. A. A., 1995; Bettencourt, 1999). A metalurgia do cobre (e do bronze, no Norte, a partir do Bronze médio) começa a ter alguma expressão, sem que, no entanto, possamos reconhecer-lhe um peso social determinante na acumulação de riqueza das novas elites.

Contudo, apesar deste povoamento mais organizado e denso, ele não deixa, no “registo arqueológico”, traços tão nítidos como no III^o milénio A. C. A invisibilidade arqueológica dos povoados da Idade do Bronze tem sugerido a alguns autores uma eventual segmentação social, correlativa de maior mobilidade e menor competição inter-comunitária (Lillios, 1991).

Face às transformações mencionadas, é lícito perguntar se os novos povoados da Idade do Bronze correspondem a uma ruptura social ou, tão só, a um outro estágio evolutivo.

Discussão

Entre o IV^o e o III^o milénio A. C. instala-se no nosso território um regime de controle de acesso à terra arável e ao trabalho nela investido. Em algumas áreas existem provas de inovações agrárias, como o uso do arado ligeiro e a utilização secundária de animais, que permitem a permanência longa num determinado território. Os chefes locais lideram agora paisagens mais circunscritas, onde se verifica um “sistema proto-tributário” de pequena escala (Vicent García, 1995: 177-183), que ocorre num contexto de autarcia, o qual pressupõe diversas arenas de confrontação social.

Esses espaços assumem aspectos contraditórios. Por um lado, os locais de enterramento perdem visibilidade. Mas isso não significa que sejam menos complexos ou que percam estatuto na legitimação do poder de alguns. A par destes espaços menos visíveis surgem novos marcadores sociais: os recintos monumentais.

Os recintos murados, os recintos com fossos ou recintos com estelas cumprem todos o critério da visibilidade e, sobretudo (em alguns de forma muito nítida) da plurifuncionalidade.

Estamos assim face a um processo global de afirmação de pequenas comu-

nidades agrárias, que apresenta inegáveis continuidades com os períodos anteriores: ele emerge através da criação de “monumentos” destacáveis na paisagem, o que é uma linha de força constitutiva das sociedades agro-pastoris desde, pelo menos, os meados do Vº milénio A. C.

– Entre os finais do IIIº e meados do IIº milénio A. C. observa-se uma inflexão progressiva do poder, no sentido da acumulação (em pequena escala) de riqueza, resultante do intercâmbio de artefactos de prestígio de âmbito supra-regional. Esta vontade de fortalecimento das elites locais não será alheia à necessidade de se querer impedir uma excessiva instabilidade social no seio de grupos ainda muito pouco hierarquizados.

Curiosamente a exibição da riqueza e poder verifica-se em novos cenários (sepulcros, santuários de arte rupestre, “depósitos”), que não têm visibilidade arqueológica, e que não são, segundo o padrão tradicional, “monumentos” com destaque na paisagem.

O deslocamento do poder é correlativo de algumas mudanças: – maior proximidade espacial entre povoados, necrópoles, santuários e campos de cultivo ou de pasto; – progressivo desaparecimento dos “monumentos” clássicos, porque a lógica da territorialização já não vai no sentido dum “simbolismo ostentatório”. Os novos territórios, estruturam-se em torno de chefes mais fortes que controlam o acesso à terra e ao trabalho permanente e que sustentam a auto-regulação social através dum sistema tributário de escala média (Vicent Garcia, 1995).

– Existe uma ideia relativamente bem firmada entre alguns investigadores sobre uma hipotética evolução entre “paisagens rituais” (do Vº/IVº milénio A. C.) e “paisagens domésticas” (do IIIº/IIº milénio A. C.). As primeiras seriam paisagens pontuadas por “actividades rituais”, polarizadas por túmulos e recintos de pedras fincadas; as segundas seriam paisagens marcadas por inúmeras “actividades domésticas”, polarizadas por povoados, em torno das quais se organizaria toda a vida social e simbólica. O povoado ocupava assim, progressivamente, o papel social anteriormente desempenhado pelo túmulo ou cromeleque. Tal como R. Bradley (1998) também pensamos que tal abordagem é, no mínimo, simplista (S. O. Jorge, 1998a).

Para além de entendermos que todos os actos humanos – particularmente em sociedades pré-históricas – estão impregnados de significações que são sempre codificadas e susceptíveis de transmitir mensagens simbólicas mais ou menos complexas, consideramos que o “esvaziamento” da componente “ritual” a partir do Calcolítico (segundo a ideia anteriormente referida) carece de comprovação. Pelo contrário, como veremos, existem inúmeros exemplos que provam que os “cenários rituais” tendem, com o tempo, a diversificar-se e a complexificar-se.

Assim, as sociedades do Vº e do IVº milénio A. C. estruturam-se, é certo, em torno de sepulcros e alguns recintos rituais. Elas criam uma “cenografia de

longa duração”. Mas precisamente porque se trata de grupos ainda móveis, dispersos por vastos territórios, é de supor que tenham criado, nos múltiplos lugares ocupados, outros cenários rituais (mais modestos e arqueologicamente invisíveis), de forma a sustentar a coesão social de populações ainda muito fluídas.

A partir do III^o milénio A. C. a arqueologia visibiliza múltiplos cenários rituais. Nem todos são monumentais, mas esses cenários revelam uma valorização explícita de espaços cerimoniais onde se negociam estratégias de afirmação de poder. Surgem recintos multifuncionais onde coexistem, de forma muito complexa, diversos contextos rituais que, na prática, subvertem a tradicional dicotomia entre “espaços domésticos/espaços sepulcrais-rituais”.

O II^o milénio A. C. diz-se que é pouco “visível”. Ou seja, em termos de espaços de exibição do poder. Mas isto não corresponde à verdade.

É certo que existe num eixo que se quebrou: os “monumentos” clássicos (sepulcros sob “tumulus” e recintos monumentais) tendem a desaparecer. No entanto, vão surgir novos espaços rituais: sepulcros (por vezes, muito complexos, como no Alentejo e Algarve, no quadro do “Bronze do Sudoeste”); estelas armadas; santuários de arte rupestre; “depósitos”. Os povoados (em muitas regiões, por estudar) poderão conter a chave deste enigmático “simbolismo invisível” que, paradoxalmente, caracteriza o período de maior capacidade interactiva, antes do Bronze final.

Desta forma, no momento de maior afirmação das primeiras sociedades agrárias, de pequena escala, existem vastos indícios de uma activa “encenação ritual”. Cabe à arqueologia tentar compreender as razões que subjazem à falta de monumentalidade dessa “encenação”, ultrapassando o preconceito processual que atribui à “invisibilidade”, menor complexidade social.

Creemos, assim, que os cenários rituais fazem parte estruturante de todas as fases do processo de afirmação das sociedades agrárias. Curiosamente a arqueologia apreende mais facilmente tais cenários a meio da trajectória (algures, durante o III^o milénio) do que antes ou depois.

Mas tal facto tem mais a ver com as características físicas de tais contextos, do que com a variedade, a natureza e até o papel social destes espaços na construção identitária das comunidades que os conceberam.

Dezembro de 1998

BIBLIOGRAFIA

AMMERMANN, A. J. e CAVALLI-SFORZA, L. L. (1984) – *The Neolithic transition and the genetics of populations in Europe*, Princeton, Princeton University Press.

- ARNAUD, J. M. (1990) – Le substrat mésolithique et le processus de neolithisation dans le Sud de Portugal, *Rubané et Cardial* (ed. D. Cahen e M. Otte), Liège, Université de Liège, pp. 437-446.
- BETTENCOURT, A. M. (1999) – *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o IIº e o Iº milénio A. C.*, Braga, dissertação de doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiada).
- BRADLEY, R. (1998) – *The significance of monuments. On the shaping of human experience in Neolithic and Bronze Age Europe*, London, Routledge.
- CRUZ, D. J. (1995) – Cronologia dos monumentos com *tumulus* do Noroeste peninsular e da Beira Alta, *Estudos Pré-Históricos*, vol. III, pp. 81-119.
- CRUZ, D. J. *et alii* (1998a) – Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 375-395.
- CRUZ, D. J. *et alii* (1998b) – O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5, *Conímbriga*, XXXVII, pp. 5-76.
- GOMES, M. V. (1997) – Megalitismo do Barlavento algarvio – breve síntese, *Setúbal Arqueológica*, vols. 11-12, pp. 147-190.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4º e 3º milénios, *Ofhiosa*, 1, pp. 1-20.
- JORGE, S. O. (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Rev. Fac. Letras*, IIª série, vol. XI, pp. 447-546.
- JORGE, S. O. (1996) – Regional diversity in the Iberian Bronze Age – on the visibility and opacity of the archaeological record, *T.A.E.*, vol 36, pp. 193-214.
- JORGE, S. O. (1998a) – Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 105-113.
- JORGE, S. O. (1998b) – Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª. Nª. de Foz Cõa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-históricos*, vol. VI, pp. 279-293.
- JORGE, S. O. (1999) – *Domesticar a Terra, As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, col. Trajectos Portugueses, Ed. Gradiva.
- JORGE, V. O. (1991) – Necrópole pré-histórica da Aboboreira (distrito do Porto). Uma hipótese de diacronia, *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Lisboa, I.I.C.T., pp. 205-213.
- JORGE, V. O. (1998) – Interpreting the “megalithic art” of Western Iberia: some preliminary remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 69-83.
- LAGO, M. *et alii* (1998) – Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, nº 1, pp. 45-152.
- LEWTHWAITE, J. (1986) – The transition to food production: a Mediterranean perspective, *Hunters in transition: mesolithic societies of temperate Eurasia and their transition to farming* (ed. M. Zvelebil), Cambridge University Press, pp. 53-66.
- LILLIOS, K. T. (1991) – *Competition to fission: the Copper to Bronze Age transition in the Lowlands of West Central Portugal (3000-1000 B.C.)*, Yale University, dissertação de doutoramento (policopiada).

- OOSTERBEEK, L. (1997) – *Echoes from the East: Late Prehistory of the North Ribatejo*, Tomar, Ceiphar, “Arkeos”, nº 2.
- PEÑA SANTOS, A DE LA e REY GARCÍA, J. M. (1993) – El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde sua perspectiva territorial, *Rev. Estudios Provinciais*, nº 10, pp. 11-50.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa Occidental*, Barcelona, Ed. Crítica.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols., S.P.A.E., “Textos”, 1.
- SOARES, J. (1995) – Para uma reconstrução do processo de neolitização em Portugal, *Ophiusa*, 1, pp. 127-138.
- SOARES, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na costa sudoeste portuguesa, *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo* (ed. Rodríguez Casal), Universidade de Santiago de Compostela, pp. 587-608.
- VICENT GARCÍA, J. M. (1995) – Early Social Complexity in Iberia: Some theoretical remarks, *The origins of complex societies in Late Prehistoric Iberia* (ed. K. T. Lillios), Ann Arbor, “International Monographs in Prehistory”, pp. 177-183.
- VICENT GARCÍA, J. M. (1997) – The island filter model revisited, *Encounters and transformations. The Archaeology of Iberia in transition* (eds. M. S. Balmuth et alii), Sheffield Academic Press, “Monographs in Mediterranean Archaeology”, 7, pp. 1-13.
- V. V. A. A. (1995) – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA.
- ZILHÃO, J. (1993) – The spread of agro-pastoral economies across Mediterranean Europe: a view from the far west, *Journal of Mediterranean Archaeology*, 6/1, pp. 5-63.
- ZILHÃO, J. (1998) – A passagem do Mesolítico ao Neolítico na Costa do Alentejo, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, nº 1, pp. 27-44.